

PROPOSTA PEDAGÓGICA ÚNICA OU PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DEMOCRÁTICO? UM ESTUDO DAS EXPERIÊNCIAS VIVIDAS EM ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DO AGRESTE DE PERNAMBUCO

Letícia Ramos
Universidade de Pernambuco
ticiaramos3@yahoo.com.br

RESUMO

Neste texto apresentamos um recorte dos resultados de uma pesquisa que teve como foco de estudo uma análise comparativa das experiências vividas por duas escolas da rede municipal de ensino da cidade de Bom Conselho-PE com seus respectivos Projetos Políticos Pedagógicos. Objetivamos com a pesquisa diagnosticar as relações existentes entre esses Projetos, a prática docente e os currículos vividos nas escolas, bem como os avanços e as dificuldades que essas escolas enfrentam para a efetivação das ações propostas em seus Projetos no cotidiano escolar. Nossa motivação para desenvolver essa pesquisa ocorreu durante a disciplina *Atividades Integradoras* do Curso de Licenciatura em Pedagogia - Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica-Parfor. A amostra do estudo foi constituída por dois (02) Gestores, dois (02) coordenadores pedagógicos, dez (10) professores, num total de catorze (14) sujeitos participantes da pesquisa. Utilizamos questionários com perguntas abertas e fechadas e, através de estatística descritiva e análise de conteúdo realizamos a tabulação e interpretação dos dados. Concluimos, apontando para a necessidade de que tanto nas escolas pesquisadas como nos departamentos de ensino da Secretaria de Educação do Município de Bom Conselho, sejam efetivadas mudanças de concepção sobre Projeto Político Pedagógico, a fim de que ao invés de impor às escolas a vivência de uma Proposta Pedagógica comum a todas, o poder público municipal venha oportunizar a cada instituição de ensino a construção coletiva de seu PPP e Proposta Pedagógica de acordo com suas respectivas realidades e participação da comunidade escolar.

PALAVRAS- CHAVE: Projeto Político Pedagógico, Prática Pedagógica, Gestão Pública Municipal.

ABSTRACT

In this text we present an outline of the results of a survey which focused study, a comparative analysis of the experiences of Political Pedagogical Project in two schools in the municipal schools in the city of Good Counsel - PE. We aimed to study the relationship between diagnosing these projects, teaching practice and the lived curriculum in school, as well as the advances and difficulties these schools face the effectiveness of proposed actions in their projects in school life. Our motivation for developing this research occurred during the course of Integrative Activities Bachelor of Education - National Training Programme for Teachers of Basic Education - PARFOR. The study sample was composed of two (02) Managers, two (02) coordinators, ten (10) teachers, a total of fourteen (14) subjects in the research. We use questionnaires with open and closed questions, using descriptive statistics and comparative content analysis conducted tabulating the data. We conclude by pointing to the need for both the schools surveyed as teaching departments in the Secretariat of Education of the City of Good Council, the design changes take effect they have on Political Pedagogical Project, so that instead of imposing schools the experience of a common pedagogical proposal to all the municipal government should create opportunities that each educational institution can build your PPP and pedagogical proposal according to its reality.

Keywords: Project Political, Pedagogical Practice, Municipal Public Management.

INTRODUÇÃO

Partindo do pressuposto de que o exercício da docência, sobretudo, na Educação Infantil, exige o desenvolvimento de um ensino que contemple as especificidades de aprendizagem das crianças através de uma proposta pedagógica que contribua para o seu desenvolvimento no campo da cognição, afetividade, psicomotricidade e nos aspectos de interação social. E considerando que o Projeto Político Pedagógico na escola é um instrumento de melhoria do ato educativo, sendo instituído pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, exarada em 20 de dezembro de 1996, cuja deliberação ressalta que “as escolas devem elaborar conjuntamente a sua proposta pedagógica, de modo a descentralizar e democratizar as decisões educacionais”, os cursos Formação inicial não podem ficar aquém dessa discussão.

Nesse sentido, por entendermos que para a construção ou atualização do Projeto Político Pedagógico - PPP se faz necessário um olhar mais aprofundado para a forma como vem sendo concebido “o ensino a partir de uma reflexão sobre como estão sendo desenvolvidas as ações, levando em conta a sua importância e ao mesmo tempo os desafios que surgem durante o processo de execução” (VEIGA, 2010, p.65).

Estudar, portanto nos campos de formação inicial de professores, a construção e implementação do PPP, parece ser um caminho viável cujas contribuições para o fazer docente desses estudantes/professora(es) pode ser transformador ao exercer suas atividades na escola de Educação Básica. Pois o PPP ao ser elaborado na coletividade exige um planejamento inovador. Este processo de “planejamento constitui-se como base fundamental no processo de elaboração, implantação e avaliação do PPP, pois contribui diretamente para que as metas elaboradas estejam de acordo com as demandas da escola e que no momento da implantação existam mecanismos que possam subsidiá-las com êxito”(MIGLIORE, 2012, p.25).

Sob essa concepção e com a oportunidade de inserirmos estudos acerca do PPP no ementário da disciplina *Atividades Integradoras* de um Curso de Pedagogia promovido pela Plataforma Freire na Universidade de Pernambuco, resolvemos trabalhar as concepções teóricas do PPP e da Proposta Pedagógica na escola pública, a partir de um diálogo com a realidade prática dos professores inseridos no 3º período do referido curso.

Nosso objetivo foi traçar um diagnóstico das instituições em que esses estudantes professores atuam, observando a relação existente entre Projeto Político Pedagógico, prática docente e o currículo vivido. A finalidade é fazer com que tanto o estudante e professor da educação básica entendam que a elaboração desse Projeto é de suma importância para a instituição escolar que busca qualidade de ensino, uma vez que representa a radiografia da escola e também por fazer parte de uma construção coletiva deve buscar consolidar os ideais de uma escola democrática, inclusiva e abrangente (FREIRE, 1996 p.56).

METODOLOGIA

Elegemos a pesquisa qualitativa e a aplicação de questionários como indicadores de resultados neste trabalho. Realizamos entrevistas na escola com a coordenação pedagógica, gestão escolar e professores, análise documental do Projeto Político Pedagógico e/ou da Proposta Pedagógica de cada escola estudada através de rodas de discussões e leituras críticas focando a realidade escolar analisadas sob a referência de das abordagens de GADOTTI(2006, p. 12), *quando ressalta que “o Projeto Político Pedagógico deve ser considerado como a identidade da escola e como tal tem caráter democrático retratando a realidade da escola”*.

A amostra do estudo foi constituída por dois (02) Gestores, dois (02) coordenadores pedagógicos, dez (10) professores, num total de catorze (14) sujeitos participantes da pesquisa. Nosso estudo envolveu também estudantes do 3º período do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Parfor da Universidade de Pernambuco, Campus Garanhuns, formada/os em Magistério do Nível Médio e professora/es regentes da educação infantil da rede pública municipal de Bom Conselho – PE.

Adotamos como procedimentos de levantamento de dados, questionários com perguntas abertas e fechadas dirigidas ao público participante, pesquisa bibliográfica; como indicadores de resultados, a análise dos PPP de cada escola envolvida no estudo e pesquisa in lócus através de entrevistas. Para organização do texto final, utilizamos a leitura crítica, a interpretação e a elaboração de gráficos estatísticos para apresentação dos dados colhidos e resultados alcançados.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

A pesquisa realizada apresentou alguns resultados que foram decisivos para que compreendêssemos a dicotomia existente entre as concepções teóricas do PPP e/ou Proposta Pedagógica e a prática vivida pelas duas escolas no contexto do ensino e da aprendizagem.

Nas entrevistas realizadas, 100% dos entrevistados ressaltam que o sistema municipal indica uma única Proposta Pedagógica para atender a todas as unidades de ensino do município, seja a escola localizada na sede ou na área rural, sobretudo na escola de educação infantil. Devendo cada escola adaptar seus planejamentos de ensino ao proposto pelo sistema. Chama-nos a atenção a fundamentação sócio interacionista dessa Proposta única que em alusão ao pensamento de Vygotsky declara sua firme intenção político pedagógica de formar cidadãos críticos e éticos, com princípios morais e religiosos.

As análises apontaram também que a escola localizada na área rural do município, apresenta uma realidade bastante precária em termos de infraestrutura: caracterizada como rural, a escola atende a 56 estudantes entre 3, 4 e 5 anos, possui duas professoras, uma pela manhã e outra à tarde; uma sala de aula, uma cozinha pequena, uma área descoberta com muitas pedras espalhadas no chão, um tanque.

Em contraponto a proposição única do sistema municipal, a escola rural diz inspirar-se na pedagogia de psicogenética de Jean Piaget e nas propostas educacionais de Maria Montessori, que visam à integralização da criança através dos aspectos biológico, afetivo e psicomotor. Partindo dessas concepções, elaborou em 2005, o seu Projeto Político Pedagógico em detrimento da Proposta Pedagógica única imposta pela Secretaria de Educação do Município, recusa que tem contribuído, segundo a escola, para a democratização de seu processo educativo. Apesar de muitas dificuldades enfrentadas, garante essa instituição, que seu desenvolvimento curricular é permeado por um planejamento que tem ajudado a criança a construir e organizar seu próprio conhecimento mediante o desenvolvendo de um trabalho voltado para a construção de sua identidade desde os primeiros anos de escolaridade, ou seja, na Educação Infantil, a partir de projetos que vem sendo vivenciados, como por exemplo, o projeto: “Eu tenho um Nome” e “O Arraiá do Cardoso Vaz Vai Bombá!”.

Todavia, nem todas as escolas são contrárias ao uni direcionamento do sistema municipal. Diferentemente da escola rural, o Centro Municipal de Educação Infantil localizado na área urbana da cidade e criada para atender crianças de famílias de baixa renda, tem priorizado a parceria entre escola e família e segue a Proposta Pedagógica única da Secretaria de Educação do Município. Atualmente, atende diferentes classes sociais ofertando Maternal III, Educação Infantil I, II e III. Possui 22 funcionários, sendo 13 docentes, 09 estagiárias, 04 auxiliares de serviços educacionais. Dispõe de 13 salas, 01 cozinha, uma quadra de esportes, 10 banheiros, 01 sala de professor, 01 sala de direção, uma sala de coordenação, um parque recreativo e uma área externa.

Após realizar o diagnóstico das infraestruturas das duas escolas, nos deparamos com a realidade de que ambas não possuem um Projeto Político Pedagógico, nem tão pouco uma Proposta Pedagógica. Possuem apenas um planejamento de ensino denominado de “Proposta Pedagógica” para ser vivenciado na escola. No início do ano letivo, as escolas recebem uma Proposta Pedagógica da Secretaria de Educação do Município elaborada por especialistas dessa Secretaria com a participação de representantes das escolas e encaminhada a todas as escolas do município, com a orientação de que ajustem conforme a especificidade de cada instituição. Porém, na prática, o que acontece é que a discussão e os estudos realizados no momento das formações em rede no município priorizam apenas as proposições referenciadas na proposta sugerida pelo órgão oficial, e, pouco se tem considerado da especificidade de cada instituição. Nesse sentido, observamos que tanto numa escola como na outra, o que existe é uma Proposta Pedagógica que muitas vezes não atende a realidade do estudante nem da comunidade onde se insere. No entanto, a escola rural tem procurado, pelo menos em seu plano de trabalho atender as necessidades de ensino dos seus professores e de aprendizagem dos estudantes.

Nas discussões e entrevistas realizadas, observamos que há muita inquietação dos estudante/professora(es), sobretudo da escola rural, os quais não concordam com a proposta unificada para o trabalho docente na educação infantil. Para esses profissionais, a partir do momento em que a escola não tem autonomia para fazer seu próprio PPP e utiliza-se de uma Proposta Pedagógica que unifica todas as escolas numa só realidade socioeducativa, pode transparecer que a escola não possui um trabalho pedagógico de qualidade, que não tem autonomia pedagógica, pois é aquela que segue padrões e tem um programa para ser desenvolvido até o término do ano letivo, não importando muitas vezes

as condições físicas e humanas presentes na escola, bem como as necessidades do currículo.

Repensar essa situação de gestão, elaborando um Projeto Político Pedagógico que atenda a realidade de cada instituição escolar é ou um dos caminho(s) para que mudanças venham a acontecer na realidade dessas escolas, transformando os resultados insatisfatórios de aprendizagem em sucesso e permanência do estudante na escola, pois como afirma Veiga(2003, p. 87), *“um projeto político pedagógico corretamente construído ajuda a pensar um processo de ensino aprendizagem com melhor qualidade e torna-se possível de provocar mudanças”*.

No conjunto das entrevistas com os professores e coordenadores pedagógicos das duas escolas - localizadas nas áreas rural e urbana, observamos as discordâncias deles com a situação imposta pelo órgão municipal de educação. Alegam que embora entendam ser necessário que o sistema educacional do município tenha um documento orientador para conduzir seu processo educacional, os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil atuam como documento norteador do ensino nas escolas do país. Por isso, questionam que ao invés do município impor um documento tido como “Planejamento Unificado”, por que não se oportuniza a escola a construir o seu? Ou por que não se ensina a escola a fazê-lo com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para essa etapa de escolaridade?

Para os/as estudantes de Pedagogia também professora/es dessas duas escolas pesquisadas, observamos que em cada momento de discussão envolvendo o Projeto Político Pedagógico as inquietações dos/as estudantes sobre a realidade das escolas era visível. Ela(es) destacaram a importância e a necessidade de que essas escolas fossem orientadas a elaborar seu PPP atrelado a uma Proposta Pedagógica construída na coletividade da instituição escolar, pois conforme Veiga(2003, p. 116), *a escola que possui o Projeto Político Pedagógico e procura refletir sobre as ações postas em prática no cotidiano escolar, promove novas perspectivas de aprendizagem e provoca mudanças significativas no ato educativo da escola.*

É pertinente ressaltar que o Projeto Político Pedagógico foi, em todas as discussões, considerado um dos saberes a ser incorporados por toda instituição escolar, especialmente pelas escolas envolvidas neste estudo, em articulação com a teoria e a prática em todas as suas dimensões. No caso da escola rural em tela, ele tem sido visto não apenas como documento necessário para a legalidade de autorização e funcionamento da

instituição escolar, mas como o próprio eixo organizador do trabalho pedagógico da escola, dada a importância que assume como documento norteador para a qualidade do ato educativo de toda escola que está a serviço da cidadania e da formação integral do estudante.

Considerando a importância que o Projeto Político Pedagógico da escola assume no fortalecimento da identidade e autonomia da instituição e a necessidade de se rever ações pedagógicas que no cotidiano escolar vêm sendo consideradas empecilhos para a conquista de avanços significativos na aprendizagem e na prática docente, analisamos a realidade e as condições do trabalho pedagógico existentes nas duas escolas pesquisadas, e constatamos que alguns aspectos merecem nossa reflexão.

O primeiro aspecto, refere-se a forma como o poder público municipal tem conduzido os recursos didáticos e de estrutura física para as duas escolas. É observável que há divergências no atendimento às necessidades dessas escolas por parte da gestão municipal. Ambas atendem a educação infantil, localizando-se uma na área urbana e a outra na área rural, o planejamento é realizado entre as duas escolas e os professores recebem o mesmo piso salarial. No entanto, desenvolvem suas atividades e condições diferentes, conforme quadro abaixo:

Escola Antônio Cardozo Vaz	Centro Municipal de Educação Infantil
Ausência de espaço e estrutura física adequada para o trabalho com a Educação Infantil.	Ambiente físico adequado ao trabalho com a Educação Infantil
Inexistência de materiais e jogos educativos para o trabalho psicomotor da criança.	Acervo de materiais e jogos adequados ao trabalho psicomotor da criança,
Dificuldades para aquisição de materiais didáticos e pouca participação em eventos educacionais no município.	Frequente aquisição de materiais didáticos e participação ativa e frequente nas atividades e eventos educacionais no município.

Fonte: pesquisa e diagnóstico realizado em julho/2011. Arquivo em portfólio da pesquisa.

Analisando essas diferenças de condições de trabalho e pedagógicas, percebemos que a escola da área urbana é beneficiada e atendida em suas necessidades de ensino e de aprendizagem em detrimento a da área rural que se esforça para desenvolver as habilidades e competências necessárias ao nível de aprendizagem das crianças. Porém, as dificuldades não permitem que atenda, por exemplo, a necessidade psicomotora da criança através do uso de jogos educativos, uma vez que esses só existem na escola da área urbana.

Vários depoimentos esclarecem que mesmo com a ausência de recursos materiais e de melhores condições de trabalho docente, o/as professora/es da escola rural realizam um bom trabalho e têm obtido avanços significativos na aprendizagem das crianças. Dentre suas estratégias pedagógicas estão a realização de reuniões com os pais periodicamente, socialização de experiências com os colegas de outras turmas na escola, estabelecimento de parcerias com outras instituições e profissionais de educação. Apontam como elemento essencial nos resultados satisfatórios de rendimento escolar, a união do grupo, a mudança de estratégias de ensino e aprendizagens, a execução de um Plano de Trabalho focado na realidade da escola em detrimento da filosofia da Proposta Pedagógica encaminhada à escola pelo órgão municipal.

Segundo a percepção dos professores que atuam na escola da área rural, as principais hipóteses que apresentam na tentativa de explicar as divergências de tratamento oferecido pelo poder público municipal as duas instituições são a necessidade de apadrinhamento à população da área urbana do município, por entendê-la como mais próxima geograficamente do poder público municipal e assim representar o município nessa etapa de escolaridade, a ausência de professores e profissionais de educação politizados na área rural que reivindiquem e lutem pelo exercício da cidadania, sem medo de represália, e que fundamentados em uma Proposta Pedagógica de Ensino e de Aprendizagem, busquem na coletividade os direitos a uma educação de qualidade e de uma política pública municipal igualitária.

A partir do momento que a Universidade abriu espaços para a/os estudantes-professora/es regentes nessas escolas estudarem o Projeto Político Pedagógico junto aos seus colegas do Curso de Pedagogia, oportunizou a discussão sobre o fazer docente em seu campo de atuação e a leitura crítica da realidade com que se têm se deparado inúmeras escolas em seu cotidiano de ensino na Educação Básica.

Nos estudos sobre Projeto Político Pedagógico, observamos que ainda existiam muitos estudantes/professora(es) que desconheciam a importância do Projeto Político Pedagógico para o funcionamento e sucesso de uma escola. Que não sabiam que na maioria das escolas da rede municipal onde residem não há Projeto Político Pedagógico. Essa constatação motivou o/as estudantes do Curso de Pedagogia e professores das duas escolas pesquisadas a estudarem e aprofundar os conhecimentos sobre o mencionado Projeto, a fim de que possam contribuir na elaboração e execução do mesmo em suas escolas.

Em termos sociais, percebemos que as discussões realizadas sobre o Projeto Político Pedagógico da escola aguçaram o senso crítico dos/as estudantes e professores/as quanto as questões sócios educacionais e políticas do município, e as interferências negativas deste em seu processo educativo. Além disso, com a realização desta pesquisa os/as estudantes professora/es do Curso de Pedagogia aprenderam a construir um Projeto Político Pedagógico e compreenderam que com a inexistência desse Projeto na escola, o ensino e a aprendizagem são dissociados de uma prática pedagógica que tenha objetivos construídos na coletividade, a partir da leitura de realidades e, sobretudo na aquisição de hipóteses e na troca de experiências entre estudantes e professores.

Considerações Finais

Concluimos a pesquisa ressaltando que para além de uma exigência legal, o Projeto Político Pedagógico pode e deve ser um instrumento formativo na medida em que aglutina, orienta e articula a comunidade escolar com vistas a garantir a função social da escola. Esse estudo apontou que as escolas pesquisadas não possuem Projeto Político Pedagógico, mas apenas uma Proposta Pedagógica indicada pela poder público municipal que sinaliza com um planejamento de ensino único para suas escolas, que recebem tratamento desigual quanto às condições de trabalho, na medida em que a escola da sede conta com melhor infraestrutura física e de materiais didático-pedagógicos disponibilizados pelo sistema educacional em relação a escola localizada na zona rural. Todavia, constatamos a existência de um currículo vivo na escola da área rural em função de uma prática pedagógica que revela os princípios democráticos tão buscados pelo Projeto Político Pedagógico.

As contribuições dessa experiência para a formação inicial dos estudantes/professora(es) do Curso de Pedagogia foram muito valiosas. Além de oportunizá-la/os a uma aproximação mais de perto dos problemas e situações pedagógicas existentes na escola onde são professore/as, estudaram e aprenderam entre outros aspectos a analisar criticamente uma realidade de ensino e de aprendizagem, a planejar e avaliar os processos educativos à luz de pesquisas de campo e bibliográfica, a despertar para a produção e socialização do conhecimento constituindo-se com autonomia intelectual.

Além disso, inserir os estudantes do Curso de Pedagogia na realização dessa atividade de pesquisa trouxe um aspecto bastante positivo para o processo de construção de

conhecimentos sobre Projeto Político Pedagógico, ou seja, a satisfação desses estudantes/professora(as) com o trabalho realizado e a viabilização de um trabalho interdisciplinar que perpassa o conteúdo das diversas disciplinas, quanto em decorrência dos múltiplos recursos que a pesquisa oferece na realização da atividade de campo e bibliográfica realizada (leitura comparativa, interpretação, dentre outros).

Ressaltamos, também, como contribuições desta pesquisa para a formação dessa/es estudantes/professora(es), a visão ampliada sobre trabalho docente e Projeto Político Pedagógico; a vivência de pesquisa voltada para a iniciação científica diferente da que eles conheciam e praticavam anteriormente; registro do desenvolvimento pedagógico na medida em que ela/es passaram a se preocupar em contribuir para a melhoria do processo educativo da escola; o desenvolvimento da habilidade de pensar sobre a ação no fazer pedagógico da escola; a mudança do olhar sobre o Projeto Político Pedagógico; a reflexão sobre os aspectos que precisam ser melhorados e o aprimoramento da prática pedagógica por meio da reflexão que o Projeto Político Pedagógico desencadeia.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- GADOTTI, M. Pedagogias Participativas e Qualidade Social da Educação. In: BRASIL. Ministério da Educação. Seminário Internacional: *Gestão Democrática da Educação e Pedagogias Participativas* – Caderno de Textos. Brasília/Distrito Federal, 2006.
- VEIGA, Z. P. A. As instâncias colegiadas da escola. In: VEIGA, I. P. A. *Escola: espaço do Projeto Político Pedagógico*. Campinas: Papyrus, 2003b.
- _____. Inovações e Projeto Político-Pedagógico: uma Relação Regulatória ou Emancipatória? In: Caderno Cedes. Campinas, v. 23, n. 61, p. 267 – 281, dezembro de 2003.